



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638332 - SP (2021/0000657-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
MIRIAM APARECIDA DE LAET MARSIGLIA - SP193759  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CASSIO COSME CLAUDINO DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : VALNER BEZERRA DA SILVA  
**CORRÉU** : JOHN KELVIN DE OLIVEIRA ALMEIDA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIO COSME CLAUDINO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500803-74.2019.8.26.0540).

O paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, e 666 dias-multa.

A impetrante sustenta tratar-se de hipótese de desclassificação da conduta para aquela prevista no art. 28, da Lei n. 11.343/2006, porquanto, em seu entender, o Tribunal de origem “valorou demasiadamente o depoimento policial frente a todo o restado do acervo probatório para condenar o paciente somente com fundamento naquela alegação, ainda que sem nenhum lastro com as demais circunstâncias” (e-STJ fl. 15).

De forma subsidiária, postula a desclassificação para a conduta prevista no art. 37 da Lei de Drogas, com fundamento na ausência de estabilidade ou permanência da atuação do paciente.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade até o julgamento final do presente *writ* e, no mérito, a concessão da ordem, para que seja desclassificada a conduta do art. 33 para a do art. 28 ou do art. 37 da Lei de Drogas, readequando-se a pena e o regime inicial de cumprimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque não se apresenta viável a revalorização de provas nessa fase.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente